

Congresso reage às críticas de Mailson

As declarações do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, criticando a atuação do Congresso Nacional, caíram como uma "bomba" na Câmara e no Senado Federal, motivando manifestações de todo tipo, desde as ácidas referências do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, considerando as críticas como "irresponsáveis", até os aplausos do líder do PDS, deputado Amaral Neto, que concordou com parte delas. "Muitos por aqui estão confundindo fazer oposição ao Governo Sarney, com exercer oposição ao próprio Brasil".

Segundo Ibsen, o ministro Mailson da Nóbrega fala como se os verdadeiros problemas do País, como dívida externa e interna, déficit público e inflação tivessem surgido em decorrência da nova Constituição. "Mailson, como legítimo representante da tecnoburocracia que dominou a economia do País durante todo o regime militar, anda desmemoriado, esquecendo que, durante décadas, a equipe econômica teve comando soberano e incontestado da situação, sendo responsável pela imensidão das dívidas externa e interna, bem como pela inflação crescente, a partir de 1974, ano que marcou o fim do chamado milagre".

O deputado do PMDB afirmou ser o Governo incapaz de conviver com o

Congresso Nacional, estando saudosos do tempo de reinado da tecnoburocracia. "As medidas de enxugamento da máquina burocrática que nos foram enviadas eram incompletas, inadequadas, instáveis e sujeitas a modificações por parte do próprio Governo. Não é justo dizer que o Congresso impediu a extinção de empresas públicas como a Embrater, o Geipot e a EBTU; foi o próprio Governo o responsável pela medida, ao baixar um decreto ilegal, fechando as portas de empresas que foram criadas por lei".

Ao dizer que a equipe econômica está com a "boca torta pelo uso do cachimbo autoritário", Ibsen lamentou que as declarações de Mailson tivessem sido feitas no exterior. "Alguns parlamentares disseram que ele foi dar satisfação a suas bases políticas, mas eu não compartilho da brincadeira. Na verdade, o PMDB pagou um preço político ao aprovar o Plano Verão, mas não poderíamos também aceitar decretos ilegais ou aprovar a medida provisória sobre a privatização, dando um verdadeiro "cheque em branco" para que o Executivo pudesse dispor do patrimônio público, conforme bem entendesse. Mostrando que o Congresso não está omissos nesse tema, o próprio relator da medida provisória, deputado João

Agripino, já elaborou um projeto de lei sobre privatização, em tramitação normal".

Para o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, "o Brasil desaprendeu as práticas democráticas durante os anos de arbítrio. Precisamos restabelecer o diálogo e a negociação. Tanto o Congresso como o Governo têm sua parcela de culpa por esta falta de entendimento, sendo o povo o principal prejudicado nessa história. Os ministros devem ser mais democráticos, vindo ao Congresso para debater sua política, antes de baixar decretos e medidas provisórias. Por seu lado, o Congresso fica na obrigação de levar em consideração as ponderações do Governo".

Segundo José Lourenço, não se pode culpar a nova Constituição e o Congresso pelo malogro — se houver — do Plano Verão. "Outros planos semelhantes não deram certo, quando o Congresso estava inoperante. Aprovamos a reativação da Embrater, da EBTU e do Geipot, porque ninguém do governo veio nos dizer que "era uma idéia má". Certamente o instrumento utilizado para tomar a medida não era o adequado, mas ninguém veio até nós para debater o assunto e procurar uma solução".